Art. 2.º É anulada a importância de 900.000\$ no n.º 2) do artigo 193.º, mesmo capítulo, do referido orçamento.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Julho de 1945. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Tomaz — Augusto Cancela de Abreu — José Caetano da Mata — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 34:796

Com fundamento no disposto no artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do mesmo Ministério, um crédito especial da quantia de 320.000\$, destinado a subsídios aos membros da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa e trabalhos extraordinários de dactilografia, devendo esta importância ser adicionada pela seguinte forma às verbas a seguir indicadas:

N.º 2) do artigo 87.º do capítulo 4.º 300.000\$00
N.º 2) do artigo 96.º do capítulo 4.º 20.000\$00

do orçamento do mencionado Ministério respeitante ao corrente ano económico.

Art. 2.º É anulada a importância de 320.000\$ no n.º 2) do artigo 10.º do capítulo 1.º do orçamento vigente do Ministério das Finanças.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Julho de 1945. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Tomaz — Augusto Cancela de Abreu — José Caetano da Mata — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.

Portaria n.º 11:039

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, nos termos do artigo 18.º do decreto-lei n.º 31:317, de 13 de Junho de 1941, que seja adoptado o seguinte programa nos concursos a realizar

para o provimento das várias categorias de funcionários da Direcção Geral da Contabilidade Pública:

I

Para aspirantes

1) Atribuições da Direcção Geral da Contabilidade Pública.

2) Noções muito elementares do Orçamento Geral do Estado:

- a) Conhecimento, em linhas gerais, das três classes de despesas em que se classificam as despesas dentro do orçamento de cada serviço;
- b) Principais fontes de receita;
- c) Equilíbrio orçamental;
- d) Significado do artigo 13.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929.

3) Organização dos serviços dos Ministérios:

- a) Competência de cada um dos organismos a que estão atribuídos os serviços de secretaria do Estado;
- b) Pessoal superior adstrito a cada um desses organismos e designações do pessoal menor que poderá haver nas respectivas organizações.

4) Vencimentos e remunerações de outra natureza atribuídos aos funcionários civis do Estado:

- a) Data a partir da qual há lugar ao seu abono;
- b) Habilitações mínimas para o ingresso nos quadros.

5) Quem processa, quem autoriza e quem paga as despesas públicas.

6) Ano económico: último dia para o pagamento das despesas públicas.

7) Diferenciação entre conta e orçamento.

8) Descontos nos vencimentos:

- a) Razão por que uns constituem receitas do Estado e outros operações de tesouraria;
- b) Casos simples de cálculo de vencimentos sem que o funcionário tenha qualquer situação especial.

9) Dada uma dotação orçamental, verificar se um encargo, em determinada altura do ano, tem cabimento.

10) Cálculo:

- a) Juros;
- b) Descontos;
- c) Câmbios.

11) Mecânica do Diário, Razão, Inventário e Balanço, Caixa e Contas correntes, segundo o método gráfico.

12) Redacção de requerimentos e officios mediante a indicação das disposições legais aplicáveis.

13) Posição do servidor do Estado perante o serviço:

- a) Os deveres dos funcionários para com os seus superiores;
- b) Pontualidade, zêlo, competência, probidade profissional e dignificação da função;
- c) Significado moral e profissional da «declaração de compromisso» inserta no diploma de funções públicas.

II

Para terceiros oficiais

Além do programa precedente:

1) Mecânica orçamental:

- a) Localizar no Orçamento Geral do Estado, com suficiente segurança, uma receita, um Ministério, um serviço;